

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE SOCIOLOGIA: PERFIL E PRÁTICA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE JUIZ DE FORA – MG

Rafaela Reis Azevedo de Oliveira ¹

Davi Dionysio ²

Katiuscia Cristina Vargas Antunes ³

Resumo

O presente trabalho apresenta resultados parciais do projeto de extensão interface com pesquisa “Formação de professores de Sociologia: da Universidade à sala de aula da Educação Básica” desenvolvido na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora que tem como objetivo pesquisar os professores de sociologia da Rede Estadual de ensino em suas dimensões formativas e pedagógicas, bem como estabelecer com eles uma formação continuada. Esse projeto se justifica tendo em vista os desafios que foram postos a partir da obrigatoriedade do ensino de sociologia, como: fortalecimento da disciplina; necessidade de definição de um currículo e de materiais didáticos; vencer o dualismo existente nas universidades entre bacharelado e licenciatura; e, dentre outros, pensar a formação inicial e continuada dos professores. Para o desenvolvimento do projeto foi aplicado questionário aos professores de sociologia para identificação do perfil e encontros para realização de oficinas de formação envolvendo professores da educação básica, do ensino superior e licenciandos em ciências sociais da UFJF a partir dos conteúdos curriculares de sociologia.

Palavras-chave: formação de professores; ensino de sociologia; currículo

¹ Graduação em Ciências Sociais, Mestrado e Doutorado em Educação. Professora do Departamento de Educação da UFJF

² Graduando em Ciências Sociais na UFJF

³ Professora do Departamento de Educação da UFJF

1. Introdução

A obrigatoriedade do ensino de sociologia em todas as séries do ensino médio é bastante recente. Ela veio com a disposição da Lei 11.684/08 (BRASIL, 2008) e, com ela, a expectativa de profissionais da área de que a disciplina se constitua definitivamente no âmbito da escolarização brasileira, tal como as demais disciplinas já plenamente institucionalizadas, como a matemática, a língua portuguesa, a história, a química, etc. Grande parte dessa expectativa se deve ao caráter intermitente da disciplina (MORAES, 2003; HANDFAS, 2015) nos currículos escolares, que se afinou com a própria institucionalização da área de ciências sociais em nosso país trazendo, em função disso, inúmeros desafios, como: pensar e refletir o currículo dos cursos de formação de professores de sociologia/ ciências sociais para a Educação Básica; bem como refletir a prática docente desses profissionais, que lecionam um conteúdo considerado desinteressante pelo alunado, mas que em contrapartida tem a expectativa de responder à legislação educacional que evoca por uma formação crítica para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho. Deste modo, coloca-se de suma importância pensar como esses conteúdos estão sendo transmitidos, haja vista uma tendência mais academicista, oriundo de uma formação historicamente bacharelesca dos cursos de formação inicial.

É a partir desse contexto que se iniciou um projeto de extensão, interface com a pesquisa, no âmbito da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, que tem como objetivo conhecer o perfil dos professores que lecionam sociologia na Rede Estadual de ensino de Juiz de Fora – MG, realizar encontros de formação com professores da Rede e professores dos departamentos de Ciências Sociais e da Educação, bem como de alunos da licenciatura em Ciências Sociais para discussão de práticas pedagógicas a partir dos conteúdos propostos na versão preliminar da Base Nacional Comum Curricular de Sociologia. Espera-se com esse projeto desenvolver numa rede de colaboração propostas de novas abordagens didáticas com os professores da Rede e que servirão de exemplos práticos para os alunos da licenciatura; fomentar a formação continuada dos professores da Rede Estadual de Ensino; aprimorar a formação inicial dos discentes do curso de licenciatura em Ciências Sociais da UFJF; contribuir com o debate ainda incipiente sobre o ensino de sociologia no Brasil; e, por fim, melhorar o ensino de sociologia na educação básica, visando o interesse do aluno e o alcance dos objetivos últimos do ensino médio: formação para a vida e para o

mundo do trabalho.

2. Metodologia

Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa supracitada, em que discute os resultados do trabalho de campo realizado na cidade de Juiz de Fora - MG durante os meses de maio e junho de 2017. Posto isso, o presente artigo apresenta e analisa o perfil dos professores de sociologia da Rede Estadual de Juiz de Fora-MG e suas condições de trabalho.

Inicialmente, foi construído o questionário com 58 perguntas objetivas abordando temas específicos, divididas em quatro eixos: perfil dos professores, atividades culturais, formação acadêmica e, por fim, prática docente. Porém, aqui serão abordados apenas dois eixos dentre os quatro presentes no questionário. Posteriormente, houve o contato com a Superintendência Regional de Ensino para identificar esses professores que lecionam sociologia nas 37 escolas estaduais de ensino médio lotadas no município pesquisado. Após a identificação das escolas e horários de aulas, os professores foram convidados a responder um questionário autoaplicável que nos permitiu identificar o perfil do professor de sociologia e aspectos relacionados à sua formação. Responderam ao questionário 22 professores dentre a população total de 35 professores de sociologia da rede estadual na cidade de Juiz de Fora. Ao final da pesquisa, eles deveriam indicar se gostariam de participar das atividades extensionistas na UFJF ou não e, dentre esse grupo, apenas dois entrevistados apontaram não ter interesse em participar.

Durante esta etapa, o método de pesquisa consistiu em uma investigação quantitativa, utilizando como instrumento o questionário estruturado e autoaplicável e, para o tratamento dos dados o *Statistical Package for de Social Sciences* – SPSS, que permite, além da disponibilização da frequência das respostas, o cruzamento de questões e uma visão mais completa do material coletado.

Cumprir mencionar que, previsto para os meses de setembro, outubro e novembro de 2017, ocorrerão os encontros dos professores da Rede Estadual, dos departamentos de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora e de seus discentes do curso de licenciatura em Ciências Sociais. Esses encontros acontecerão na UFJF, a cada 15 dias, em um período de 4 horas.

Essa etapa definida como “A Escola volta à Universidade”, terá o tempo de duração de três meses (06 encontros, 24 horas), de modo que sejam discutidos

os conteúdos curriculares de cada um dos três anos letivos do ensino médio. Essa metodologia se justifica tomando por base a proposição de uma Base Nacional Comum Curricular, que como documento norteador define conteúdos e conceitos importantes para cada ano desta última etapa da Educação Básica. Além disso, a partir dos conteúdos de cada ano é possível envolver professores do departamento de Ciências Sociais por área (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) e trabalhar com o professor da Rede Básica diferentes abordagens para a sala de aula.

3. Perfil e formação dos professores

Conforme já mencionado, embora o questionário tenha tratado quatro eixos, para este trabalho iremos apresentar os resultados da pesquisa em apenas dois eixos, quais sejam: perfil e formação dos professores e prática docente de sociologia na rede Estadual de Juiz de Fora-MG.

O primeiro aspecto trazido é o local de nascimento desse professor. Esse dado é importante, considerando que Juiz de Fora, sendo um centro universitário, recebe alunos de toda região da zona da mata mineira, bem como das cidades no entorno. Como se pode observar, muitos professores, embora tenham se formado em Juiz de Fora, não são naturais do município, mas que vieram estudar e se fixaram em função do trabalho. Do total de 22 (vinte e dois) professores inquiridos, pelo número de cidades de origem/naturalidade, a maioria é natural de Juiz de Fora-MG (54,5%), seguido pela cidade do Rio de Janeiro-RJ (9,1%).

TABELA 1: Naturalidade dos professores

Naturalidade	Entrevistados	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Conselheiro Lafaiete / MG	1	4,5%	2,7%
Formiga / MG	1	4,5%	9,0%
Itabira/MG	1	4,5%	13,5%
Juiz de Fora / MG	12	54,5%	68,0%
Jundiá / SP	1	4,5%	72,5%
Muriae / MG	1	4,5%	77,0%
Rio de Janeiro / RJ	2	9,1%	86,1%
Timóteo / MG	1	4,5%	90,6%
Não sabe/ Não respondeu	2	9,1%	100,0%
Total	22	100%	

Fonte: Elaboração própria.

A tabela 2 apresenta a divisão por sexo entre os entrevistados, composta em sua maioria por mulheres. A frequência de mulheres entrevistadas foi de 12 professoras, isso confere um total de 54,5% da amostra, sendo o restante 45,5%, o percentual de homens entrevistados referentes ao número real de 10 professores. Esse dado, embora não possa ser afirmado para todas as áreas de ensino, vem ratificar uma tendência à feminilização do magistério.

TABELA 2: Sexo

Sexo	Entrevistados	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Masculino	10	45,5%	45,5%
Feminino	12	54,5%	100,0%
Total	22	100,0%	

Fonte: Elaboração própria.

Ainda em relação à análise do perfil dos entrevistados, outro aspecto considerado foi a idade. Conforme é possível observar na Tabela 3, enquanto 31,8% dos professores se encontram na faixa etária de 30 a 39 anos, seguem-se com 22,7% as faixas etárias de 18 a 29 e 40 a 49 anos de idade.

TABELA 3: Idade

Idade	Entrevistados	Porcentagem	Porcentagem acumulada
De 18 a 29 anos	5	22,7%	22,7%
De 30 a 39 anos	7	31,8%	54,5%
De 40 a 49 anos	5	22,7%	77,2%
De 50 a 59 anos	1	4,5%	81,7%
60 anos ou mais	1	4,5%	86,2%
Não sabe/Não respondeu	3	13,6%	100,0%
Total	22	100,0%	

Fonte: Elaboração própria.

A pesquisa buscou identificar também o estado civil dos entrevistados, bem como a constituição familiar. Conforme é possível observar nas tabelas 4 e 5, há um equilíbrio entre os números de professores solteiros e casados (ou com união

estável) e que vivem com a família nuclear constituída, ou seja, formada após o casamento ou a união estável.

TABELA 4: Estado civil

Estado civil	Entrevistados	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Casado(a) ou união estável	10	45,5%	45,5%
Solteiro(a)	11	50,0%	95,5%
Separado(a)	1	4,5%	100,0%
Total	22	100,0%	

Fonte: Elaboração própria.

TABELA 5: Constituição familiar

Constituição familiar	Entrevistados	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Moro sozinho	8	36,4%	36,4%
Família nuclear constituída	9	40,9%	77,3%
Família nuclear original	4	18,2%	95,5%
Moro com outros não parentes	1	4,5%	100,0%
Total	22	100,0%	

Fonte: Elaboração própria.

Esses dados iniciais denotam um perfil predominante de mulheres, que vivem em núcleos familiares constituídos após o casamento ou a união estável e que estão entre 30 e 40 anos de idade.

No que compete a formação dos professores, foi constatado, conforme a Tabela 6, que há uma distribuição regular entre os que disseram ter pensado na docência como primeira opção profissional e os que disseram nunca ter pensado nessa possibilidade. Do número total de pessoas entrevistadas, 50,0% disseram que sim e 45,5% disseram não ter pensado na carreira de professor(a) da educação básica como primeira opção profissional. Esse dado merece uma reflexão, considerando uma política maior de valorização da carreira docente no Brasil. Sabe-se que é uma profissão que enfrenta diferentes enfrentamentos, como baixos salários, planos de carreiras desestimulantes e condições precárias de trabalho, quando muito, não enfrentam a violência nos ambientes escolares oriundo dos próprios alunos. Deste modo, quando verificamos que quase 50%

dos professores não pesavam no magistério como primeira opção, é possível inferir que o desinteresse primário se deva ao que é ser professor no Brasil.

TABELA 6: Docência como primeira opção

Docência como primeira opção profissional	Entrevistados	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Sim	11	50,0%	50,0%
Não	10	45,5%	95,5%
Não sabe/Não respondeu	1	4,5%	100,0%
Total	22	100,0%	

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito à formação acadêmica dos professores (Tabela 7), pode-se dizer que existe uma distribuição irregular entre os inquiridos. Enquanto 36,4% das pessoas entrevistadas possuem formação tanto em bacharelado quanto em licenciatura em Ciências Sociais, 36,4% possuem apenas licenciatura e 18,2% possuem apenas o bacharelado. Dos entrevistados, 9,1% lecionam a disciplina, mas ainda não são formados na área. Foi ainda perguntado em qual instituição de ensino superior os entrevistados concluíram ou concluiriam sua graduação. Todos apontaram a Universidade Federal de Juiz de Fora como instituição de conclusão de curso.

TABELA 7: Graduação - modalidade

Graduação	Entrevistados	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Ciências Sociais - bacharelado (Sociologia, antropologia ou ciência política)	4	18,2%	18,2%
Ciências Sociais - licenciatura	8	36,4%	54,5%
Ciências Sociais - bacharelado e licenciatura	8	36,4%	90,9%
Outra	1	4,5%	95,5%
Ainda não possui	1	4,5%	100,0%
Total	22	100,0%	

Fonte: Elaboração própria.

Os dados apresentados na tabela 7 apresentam um cenário bem diferente do que outros estudos sobre perfil de professores de Sociologia já realizados. Tal cenário se refere à presença em maior número de professores com formação na área de ciências sociais. Historicamente, a docência em sociologia, foi

marcada pela atuação de profissionais de outras áreas das ciências humanas. Nas décadas de 1920 e 1930, por exemplo, Meucci (2011) argumenta que a sociologia fazia parte dos currículos dos cursos de formação de professores e preparatórios para o ingresso no ensino superior, antes mesmo de existir curso superior em ciências sociais, o que ocorre na década de 1930. Desta maneira, os profissionais que lecionavam sociologia eram, na grande maioria, formados em direito ou autodidatas em ciências humanas. Mais recentemente, antes da sociologia tornar-se obrigatória e, mesmo após a sua obrigatoriedade, não foram realizados concursos para professores de sociologia, o que acarretou a presença de professores de história, geografia, pedagogos, por exemplo, na docência de sociologia. Muitos desses profissionais lecionavam a disciplina como complementação de carga horária. Esse cenário vem mudando nos últimos anos e este estudo demonstra essa realidade.

A pesquisa buscou identificar, também, se os entrevistados já haviam frequentado cursos de formação continuada. É possível observar, conforme os dados da tabela 08, que há uma distribuição significativa entre os que disseram já ter realizado e os que disseram nunca terem realizado cursos de formação continuada. Do número total de pessoas entrevistadas, 31,8% disseram que já realizaram e 63,6% disseram nunca terem realizado cursos de formação continuada.

As indicações de cursos de formação continuada realizados foram: “Educação”; “Formação para atuar em EJA”; “Gênero na Escola / Drogas na Escola”; “Pedagogia”; “Religiões e religiosidades afro-brasileiras”; e “Saúde Vocal”. E as indicações das instituições de realização da formação continuada foram: Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ); Rede estadual do Rio de Janeiro; Secretaria de Educação de Minas Gerais (SEE-MG); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e Centro Universitário Internacional (UNINTER).

TABELA 8: Formação continuada

Formação continuada	Entrevistados	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Sim	7	31,8%	31,8%
Não	14	63,6%	95,5%
Não sabe/ Não respondeu	1	4,5%	100,0%
Total	22	100,0%	

Fonte: Elaboração própria.

O dado da formação continuada é importante para nossa pesquisa, posto que um dos objetivos deste projeto é realizar a formação desses docentes. Os cursos realizados são variados e percebemos que nenhum deles é específico sobre a docência de sociologia na educação básica. Isso para nós evidencia a importância deste projeto.

4. Prática docente

O segundo eixo que iremos apresentar é relativo à prática docente em sociologia. Esses dados muito nos interessam, tendo em vista a segunda fase da pesquisa que mencionamos na metodologia. Esse eixo teve como objetivo analisar as condições de trabalho e as principais dificuldades enfrentadas pelos professores.

É possível observar que a grande maioria dos inquiridos (81,9%) lecionam há pouco menos de dez anos na educação básica, isso provavelmente devido a obrigatoriedade da disciplina nas redes de ensino estaduais ser implementada recentemente, a partir do ano de 2008. A Tabela 9 apresenta os resultados das respostas.

TABELA 9 :Tempo de atuação na educação básica

Tempo de atuação na educação básica	Entrevistados	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Até 4 anos	8	36,4%	36,4%
De 5 a 9 anos	10	45,5%	81,9%
De 10 a 14 anos	1	4,5%	86,4%
15 anos ou mais	2	9,1%	95,5%
Não sabe/Não respondeu	1	4,5%	100,0%
Total	22	100,0%	

Fonte: Elaboração própria.

Já na Tabela 10 apresentamos os resultados sobre os tipos de vínculos empregatícios que os professores entrevistados possuem com a SEE-MG, identificando que a maioria (52,4%) é nomeada em suas respectivas escolas. O número de pessoas que não souberam ou não quiseram responder corresponde a um total de apenas 4,5% entre os entrevistados.

TABELA 10: Vínculos com a SEE-MG

Vínculos com a SEE-MG	Entrevistados	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Designação	7	33,3%	33,3%
Nomeação	11	52,4%	85,7%
Designação e nomeação	3	14,3%	95,5%
Não sabe/ Não respondeu	1	4,5%	100,0%
Total	22	100,0%	

Fonte: Elaboração própria.

Também foi constatado que 55,5% dos entrevistados lecionam em mais de uma escola, sendo que 36% afirmaram ser em outras escolas da rede estadual também. Ainda, 18% apontaram lecionar em outra cidade além de Juiz de Fora - MG e alguns afirmaram lecionar outras disciplinas além de sociologia. As indicações referentes a outras disciplinas lecionadas por alguns dos professores foram: Filosofia, na maioria do caso, História, Português e até mesmo Educação para Idosos.

Os percentuais das tabelas 9 e 10 guardam coerência com o perfil apresentado na seção anterior, em particular se fizermos uma correlação entre a idade dos professores e seu tempo de atuação.

Quanto ao tipo de vínculo desses professores, nos chama atenção o fato desses professores atuarem em mais de uma escola. Podemos atribuir diferentes causas a essa situação, mas o que podemos afirmar a partir dos dados é que, o fato da disciplina de sociologia estar presente apenas no ensino médio e com uma carga horária de 50 minutos por semana, não permite, dependendo do tamanho da escola, que o professor complete a sua jornada numa única instituição. Isso faz com que tenha que ir para outras escolas. Além disso, sabemos que para melhorar a sua renda mensal, muitos docentes assumem uma carga horária maior atuando em diferentes escolas e mesmo com outras disciplinas, conforme demonstrado na pesquisa.

Outro aspecto importante a ser observado (Tabela 11) é o elevado número de alunos que a maioria dos professores relata possuir. Mais de 50% dos inquiridos afirmaram possuir aproximadamente quinhentos alunos.

TABELA 11: Quantidade de alunos

Quantidade de alunos	Entrevistados	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Até 40	1	4,5%	22,7%
De 41 a 100	1	4,5%	9,1%
De 101 a 200	2	9,1%	18,2%
De 301 a 400	2	9,1%	27,3%
De 401 a 500	4	18,2%	45,5%
Mais de 500	12	54,5%	100,0%
Total	22	100,0%	

Fonte: Elaboração própria.

Outra variável analisada foi o tempo de desenvolvimento de aula. Na Tabela 12 percebemos uma distribuição irregular entre a opinião dos inquiridos. A maioria significativa (76,2%) dos professores entrevistados entendem que o tempo disponível para o desenvolvimento das tarefas representa um problema enfrentado diariamente pelos mesmos. Enquanto apenas 22,7% dos entrevistados disseram não ser um problema.

TABELA 12 :Tempo de desenvolvimento das aulas

Tempo de desenvolvimento das aulas	Entrevistados	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Sim	16	76,2%	76,2%
Não	5	23,8%	95,5%
Não sabe/Não respondeu	1	4,5%	100,0%
Total	22	100,0%	

Fonte: Elaboração própria.

Se analisarmos os dados referentes ao número de alunos por turma e o tempo de desenvolvimento das atividades perceberemos que há uma interferência direta de um dado sobre o outro. Em outras palavras, as turmas superlotadas, acarretam uma situação difícil no cotidiano do professor que, muitas vezes tem dificuldades em organizar a turma, manter um ambiente favorável ao desenvolvimento das aulas e mesmo propor metodologias diferenciadas de ensino. Sem falar dos problemas de indisciplina que se multiplicam cotidianamente na escola e a sala de aula. Isso dificulta sobremaneira o trabalho do professor de sociologia que tem apenas 50 minutos de aula para cumprir o seu planejamento e lidar com as

situações mencionadas. Nesse sentido os desafios que o professor de sociologia encontra são muitos.

Por fim, buscamos compreender como o professor relata seu processo de formação inicial. Elaboramos um quadro com algumas afirmações sobre a formação inicial, buscando saber a opinião sugerida dos docentes sobre a integração entre a licenciatura e o bacharelado. 36,4% dos entrevistados indicaram haver uma integração parcial entre a licenciatura e o bacharelado, tendo em vista que há uma interlocução entre ambos. Por outro lado, 68,2% considera que não existe integração entre o bacharelado e a licenciatura.

Esse dado nos revela o que muitos pesquisadores do campo do ensino de sociologia (Silva, 2007; Oliveira, 2013; Oliveira, 2014; Moraes, 2011 e outros) apontam em seus estudos: a dicotomia entre o bacharelado e a licenciatura. Além disso, no âmbito das ciências sociais existe uma cultura do bacharelado como sendo “superior” à licenciatura, fazendo com que esta última ocupe um lugar de menos prestígio na formação. Isso se reflete em outros cursos como consequência, por exemplo, de um modelo de formação onde a licenciatura é feita no final do curso, vindo à reboque do bacharelado.

Importa dizer que esse modelo de formação da UFJF vem sendo superado, de maneira que a licenciatura ganhou um novo desenho, não apenas para atender às questões legais, mas sobretudo para oferecer aos licenciandos uma formação que privilegie a aproximação com a escola e o conhecimento dos fundamentos da educação.

Um dado preocupante que a pesquisa revelou foi que os docentes não percebem a existência de uma articulação entre a universidade e a Superintendência Regional de Ensino (SRE) para a construção do currículo de sociologia e a formação continuada dos professores. 95,2% dos inqueridos apontaram a importância dessa articulação, sobretudo na promoção da formação continuada. Essa situação reflete o distanciamento da Universidade dos processos de elaboração e desenvolvimentos de políticas públicas para a formação continuada de professores. Tal distanciamento faz com que muitas pesquisas relevantes no campo da formação por exemplo, não tenham impacto na transformação da realidade escolar e da prática dos professores. Deste modo, é importante que Universidade e Superintendência estabeleçam um diálogo mais próximo para potencializar ações articuladas no processo de construção e monitoramento de políticas educacionais.

5. Conclusão

Até aqui apresentamos uma análise preliminar dos dados que obtivemos neste primeiro momento do estudo, com o recorte em dois aspectos: perfil/formação docente e prática docente. Com base no que apresentamos é possível tecer algumas considerações que nos auxiliam na reflexão sobre o perfil dos professores de sociologia em Juiz de Fora.

Os resultados parciais do trabalho apontam professores em sua maioria graduados em ciências sociais, mas que não necessariamente pensaram a licenciatura como primeira opção de trabalho. Chegam a atuar em mais de uma escola da rede estadual de educação, trabalhando por cinquenta minutos semanais com cada turma do ensino médio. Relatam a dificuldade de trabalhar um tema de maneira completa com esse curto tempo, além da ausência de materiais didáticos suficientes e diferenciados nas escolas e para os alunos. Outro ponto observado é a ausência de cursos de formação continuada entre os professores, identificando ainda que a formação obtida no curso de licenciatura é desarticulada com a formação no bacharelado e, por vezes, mencionado como insuficiente.

Esses breves resultados aqui trazidos nos dão condições de pensar e refletir sobre a formação de professores de sociologia e profissionalização de sua carreira. Além das dificuldades inerentes da própria recém-institucionalização da disciplina, escassos materiais didáticos disponíveis, há ainda aspectos da formação que devem ser considerados. Sayonara Leal (et al, 2015), refletindo sobre a formação de professores de sociologia no Distrito Federal, identificou alguns problemas nessa formação que, de certo modo, podem ser generalizados. Entre os problemas identificados, destacam-se a falta de integração entre Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Educação, Secretaria de Educação e escolas públicas e privadas, ou seja, entre as esferas que formam a arquitetura institucional para o ensino de sociologia; a dificuldade para início dos estágios; a falta de informação sobre a carreira docente; as poucas disciplinas específicas para a licenciatura oferecidas pelo Departamento de Ciências Sociais, e podemos incluir aqui, nas faculdades de educação; a pouca prática de ensino e as escassas oportunidades de planejamento de aulas, já que na maioria das vezes o graduando passa a maior parte do estágio observando, com a oportunidade de atuar uma única vez (momento em que é avaliado pelo professor regente da turma); e, dentre outros pontos, a dificuldade de relacionar a disciplina com o

cotidiano do aluno, que entendemos ser a dificuldade de realizar a transposição didática dos conteúdos densamente teóricos da graduação.

Formar adequadamente os professores de Sociologia vai além de uma preocupação institucional, mas se insere num cenário mais amplo de formação de professores, enquanto uma política de Estado, que visa garantir um direito social de crianças e adolescentes: a educação de qualidade. Conforme destaca Cláudio Rocha (2015, p.95): “Entendemos que a promoção da aprendizagem profissional aparece com um desafio de primeira ordem no início do século XXI. No campo de formação docente, este imperativo é atravessado por reclamos em torno da articulação teoria e prática”.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei 11684 de 02 de junho de 2008**. Altera o art.36 da Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e base da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Júlia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa. **Conhecimento escolar e ensino de sociologia: instituições, práticas e percepções**. 1 ed. – Rio de Janeiro: 7letras, 2015.

LEAL, S. et al. Saberes docentes para o ensino de sociologia nas escolas do Distrito Federal: reflexões sobre a formação dos licenciandos em Ciências Sociais da Universidade de Brasília. In: HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Júlia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa (org.). **Conhecimento escolar e ensino de sociologia: instituições, práticas e percepções**. 1 ed. – Rio de Janeiro: 7letras, 2015.

MEUCCI, Simone. Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2011.

MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em Ciências Sociais e o ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. **Tempo social**. v.15, n.1. São Paulo. Abr.2003. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100001> Acesso em: 20 de março de 2016.

MORAES, Amaury Cesar. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. Cadernos CEDES, v. 31, p. 359-382, 2011.

OLIVEIRA, A. Revisitando a História do Ensino de Sociologia na Educação Básica. Acta Scientiarum. Education vol. 35, n 2, 2013.

_____. Desafios teórico-metodológicos no ensino de sociologia no ensino médio. Revista Perspectiva. v. 32, n. 3. 2014.

SILVA, I. F. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. Cronos, Natal-RN, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul./dez. 2007